



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680099 - SP (2021/0218838-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : LUCAS RIBEIRO ARRUDA  
**ADVOGADO** : LUCAS RIBEIRO ARRUDA - SP411193  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROSA MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : CRISTIANO DE OLIVEIRA GIAZZI  
**CORRÉU** : CHARLES ANTONIO FERREIRA DE MORAES  
**CORRÉU** : JOSE HENRIQUE KNOLL  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROSA MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1000142-43.2006.8.26.0271).

A paciente foi condenada às penas de 4 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 933 dias-multa, pelo crime de associação criminosa, previsto no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que a paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente da fixação do regime inicial fechado para início do cumprimento da reprimenda.

Afirma que a paciente é primária, com residência e emprego fixos e que sua condenação não excede 4 anos, razão pela qual teria direito ao regime aberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o regime aberto para início de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente